

GERAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA: Para começarmos, como é caracterizada a economia nacional no momento da Independência?

MAGID OSMAN: A economia de Moçambique na altura da Independência tinha uma dualidade: tinha um sector moderno mais ou menos desenvolvido, de alguma maneira sofisticado e, depois, tinha um sector tradicional em que, praticamente, não havia qualquer tipo de esforço no sentido de desenvolver a capacidade produtiva dos camponeses Moçambicanos.

É habitual nos economistas compararem as economias como a de Moçambique, dando o exemplo do anão, que tem uma cabeça grande e todos os outros membros são atrofiados. Neste caso, a cabeça grande seria a economia moderna, que foi-se desenvolvendo, em particular nos últimos 10 anos do período colonial, porque Portugal decidiu fazer mais investimentos em Moçambique, como resposta à luta de libertação nacional e à pressão da comunidade internacional sobre a situação colonial. Nós tínhamos o sector açucareiro razoavelmente bem desenvolvido, produzia-se bastante algodão - suponho que cento e quarenta mil toneladas de algodão. Moçambique, na altura, era o maior exportador de castanha de caju. Este sector moderno, significando a cabeça do anão, empregava milhares e milhares de brancos que tinham um nível de vida razoável.

Em contrapartida, nós tínhamos os nossos camponeses com uma produtividade baixíssima, se compararmos, por exemplo, com a Rodésia/Zimbabue. Quando o Zimbabue se tornou independente herdou dos Rodesianos um serviço de extensão rural muitíssimo bom e, além disso, o Zimbabue herdou também um sector comercial de agricultura muito produtivo. Havia milhares e milhares de pequenas empresas comerciais, o que não era o nosso caso. Moçambique estava muito concentrado, no sector moderno, as grandes açucareiras, a produção de chá...enquanto o sector familiar estava muito pouco desenvolvido. Essa era a característica da Economia Moçambicana.

Acho que é também útil caracterizar a Economia de Moçambique com a dependência que tinha em relação à África do Sul. A Economia Moçambicana tinha um sector ferro-portuário muito desenvolvido. O porto de Maputo chegou a manusear, no período colonial, catorze milhões de toneladas e a maior parte dessa carga era carga geral que, em termos de tarifas portuárias, rende muito mais do que carga a granel. Este valor de catorze milhões de toneladas só muito recentemente é que foi alcançado. Portanto, ele chegou a cair numa forma brutal e só há anos atrás, estou a falar de 3 ou 4 anos, é que nós voltámos a ter catorze milhões de toneladas. Mas desta vez o grosso é carga a granel e não a carga geral.

No caso do porto da Beira, que tinha cerca de quatro milhões de toneladas, com a aplicação de sanções à Rodésia ficou praticamente paralisado. Significa que nós estávamos muito dependentes da África do Sul.

Outra dependência que a Economia Moçambicana tinha era dos nossos mineiros na África do Sul. Nós tínhamos para cima de 100.000 mineiros na África do Sul e havia um acordo especial, já no período colonial, em que uma parte do salário dos mineiros era transferido para Moçambique e era transferido sobre a forma de ouro. Na altura aconteceu que o ouro sempre teve um preço oficial, suponho que eram 36 dólares por onça, e depois o ouro começou a ser comercializado pelo preço do mercado e rapidamente chegou acima de 200 dólares. O que acontecia é que nos últimos anos do período colonial, o Governo colonial recebia o ouro a 36 dólares e depois fazia uma margem brutal que, no nosso caso, chegou a atingir cerca de 200 milhões de dólares por ano.

Depois temos de ter em conta que os Sul-africanos sempre foram cúmplices na guerra colonial. Eram aliados naturais do Governo colonial. Só assim se compreende que se tenha construído Cahora Bassa que não teria sido possível construir se não houvesse uma cumplicidade dos Sul-africanos. O financiamento veio da África do Sul que era o único comprador dessa energia. Foi a África do Sul que viabilizou a construção de Cahora Bassa. Era um símbolo da presença Portuguesa, talvez com objectivos políticos, mas não teria sido possível se a África do Sul não tivesse colaborado.

GDI: Podemos dizer que, na altura da Independência, a situação de reserva era boa para Moçambique?

MO: Quando Moçambique se torna independente havia uma situação, que era uma situação muito famosa, que era a dos “atrasados”.

O que é que acontecia? Sistemáticamente, as importações provenientes de Portugal eram superiores às exportações que a economia colonial fazia. Ficava um conjunto de pagamentos às empresas Portuguesas por efectuar e isso era registado como “atrasados”. Era uma dívida da Economia Moçambicana à Economia Portuguesa que assumia o diferencial entre as importações e as exportações.

Quando nós nos tornámos independentes, praticamente não tínhamos reservas. Inclusive no *dossier* de discussões com o Governo Português, esse problema dos “atrasados” foi resolvido por Sá Carneiro¹ dizendo que era uma coisa para esquecer, para apagar. Significa que a situação cambial de Moçambique, não era muito boa, na altura.

GDI: Rapidamente, na pós-independência, nós assistimos por um lado a uma mudança do sistema tradicional da Economia, nomeadamente com as redes comerciais e, ao mesmo tempo, uma situação militar que começava a perturbar...

MO: O que acontece é que logo a seguir à Independência, nós começámos a verificar que os Sul-africanos começaram, primeiro, a reduzir o número de mineiros que aceitavam. Significa que do número que era para cima de 100.000, baixou para a ordem de 50/60.000.

A carga proveniente da África do Sul também começou a baixar. Eu disse que nós tínhamos atingido o valor de catorze milhões de toneladas e foi decrescendo e, em simultâneo, a África do Sul começou a criar alternativas ao porto de Maputo, com o desenvolvimento do porto de Richards Bay. O porto de Maputo deixou de ser uma alternativa para a Economia Sul-africana. Então o que acontece é que mesmo antes do início da guerra, nós começámos a sentir o impacto do novo poder político.

Uma das razões para além dos Sul-africanos terem reduzido as relações com a Economia Moçambicana, é que - é preciso lembrar - logo a seguir à Independência, milhares e milhares de brancos saíram de Moçambique. Quando eu falo de milhares e milhares de brancos que saíram de Moçambique, entre eles saíram gestores, técnicos, donos das empresas e muitos trabalhadores qualificados. A preocupação que houve, na altura, foi basicamente de substituir essas pessoas, por pessoas que existiam, sem experiência, mas com muita vontade.

Obviamente que isso teve um impacto muito grande. Não é possível substituir uma pessoa que tem 10 - 15 anos de experiência com uma pessoa recém-licenciada. Portanto, houve um impacto muito grande. A economia, a tal economia moderna começou a sentir-se muito mais do que a economia tradicional, onde não havia sofisticação.

Recordo que nós nacionalizámos a Banca, o sector de Seguros, o sector de Saúde privado, a Educação... Tudo isso teve uma implicação tremenda na forma de governar o País. Portanto, a pouca capacidade que existia foi totalmente absorvida pela necessidade de resolver esses problemas. Felizmente, o que aconteceu é que milhares e milhares de jovens recém-licenciados, muitos deles ainda a estudar, abandonaram a Universidade para aceitar essa tarefa.

Esses milhares e milhares de Moçambicanos que aderiram à Revolução, nunca lhes foi prestada uma homenagem. Nós falamos na Geração de 8 de Março, mas a essa geração que, depois da Independência assumiu funções de responsabilidade, substituiu em vários sectores de actividade muitos Portugueses que tinham saído, nunca lhes foi feito uma homenagem. Eu acho que o impacto que essas pessoas tiveram foi absolutamente notável, porque não se

¹ **Francisco Manuel Lumbrals de Sá Carneiro** (Porto, Santo Ildefonso, 19 de Julho de 1934 — Loures, Camarate, 4 de Dezembro de 1980) foi um advogado e político português, fundador e líder do Partido Popular Democrático / Partido Social Democrata, e ainda Primeiro-Ministro de Portugal, durante cerca de onze meses, no ano de 1980. Faleceu no exercício das funções de Primeiro-Ministro na Tragédia de Camarate em 4 de Dezembro de 1980.

sentiu que o Estado tinha ficado paralisado, bloqueado. Ele continuou a funcionar, mas, obviamente, em condições de produtividade piores do que as que existiam no período colonial.

GDI: Considerando que seria lógico antever que muita gente ia embora, não se andou depressa demais nas medidas?

MO: É óbvio que algumas das medidas que foram tomadas, em particular, a nacionalização das casas - em que a forma de acumulação que as pessoas têm, habitualmente, começa por ter uma casa de aluguer, que é uma forma natural de uma pessoa começar a juntar alguma riqueza - assustou muita gente, o processo foi muito mais rápido do que deveria ter sido.

Talvez existisse a ideia de que nós rapidamente conseguiríamos substituir essas pessoas, mas isso não aconteceu. O sector ferro-portuário foi um dos que foi mais afectado, perdeu para cima de 2.000/3.000 funcionários e tentou substituir esses 2.000/3.000 funcionários por 300 expatriados e é óbvio que a contribuição desses 300 expatriados não substituíam, nem de perto, a função desses 2.000 funcionários que saíram, tanto mais que os expatriados não conheciam o sector. Significa que com a saída dessas pessoas, perdeu-se toda a experiência de gestão, de manutenção e de reparação. Também contribuiu para a quebra da capacidade da actividade portuária existente.

GDI: Uma primeira opção do período pós-independência é de uma agricultura mecanizada, o que implicava um investimento grande ao nível do campo, que já começava, pelo menos no centro, a deteriorar-se um pouco por causa das sanções, da guerra ...

MO: Antes mesmo de abordar as grandes empresas que foram criadas na altura, o CAIL, a EMOCHÁ e outras empresas, é necessário voltar a frisar que com o abandono dos Portugueses - eu repito que alguns deles eram donos das empresas - a preocupação do Governo foi, na altura, de manter o sector produtivo a funcionar. Se recordarmos, na altura havia sistematicamente a nomeação das Comissões Administrativas para gerir as empresas. Portanto, onde havia um empresário privado que abandonava a empresa, nós nomeávamos uma Comissão Administrativa, com representantes dos trabalhadores.

Como eu disse há bocado, um indivíduo que dirigiu uma empresa durante 15, 20 anos, é muito difícil que um técnico, por muito qualificado que seja, possa fazer a mesma função desse empresário.

Portanto, nós tínhamos centenas, senão milhares, de Comissões Administrativas que pela sua natureza, pelo facto de ter sido o Governo a nomear, passavam a ser quase como uma entidade pública. Então, nessa altura, a preocupação dos Ministérios, era tentar ver como ajudar, como manter as empresas a funcionar. Isso depois leva a um outro problema: o que é uma Economia planificada, uma Economia de mercado?

Nós, muito rapidamente, entrámos numa Economia de guerra. O que é que significa uma economia de guerra? Dá-se uma crise enorme com a saída das pessoas, o Governo tem de tomar medidas a tentar resolver os problemas pontuais, não tem, digamos, o tempo sequer de pensar, como é que vai fazer, quais são as políticas económicas que vai desenvolver.

Por exemplo, os Estados Unidos quando estavam em guerra planificaram a economia. O primeiro sistema planificado mais sofisticado que surgiu foi o dos Americanos. Desviaram uma parte dos recursos para produção de material de guerra, para a logística. Portanto, quando há uma economia em crise, a primeira tentativa é fazer uma gestão administrativa.

Embora a FRELIMO e o Governo tenham adoptado por uma Economia planificada, essa opção foi uma opção ideológica, mas na prática, ele foi forçado a fazer coisas que de outro modo, não faria.

Quando a gente pensa em Moçambique, parece que o Governo Moçambicano fez muitas nacionalizações e não é verdade. Fez algumas nacionalizações muito seleccionadas, muito selectivas, e o resto da economia caiu-lhe ao colo. Isso talvez pudesse ter sido evitado, se nós tivéssemos feito uma transição mais suave, mantendo os Portugueses aqui, durante mais algum tempo, para que eles pudessem passar essa experiência para os novos gestores e não tivesse sido um processo tão violento.

Quando eu falo num processo violento, não é um processo fisicamente violento, não houve violência na rua, mas em termos de Economia houve uma substituição violenta, nós podemos dizer que houve mesmo um processo revolucionário. Não foi um processo reformista. A grande discussão que pode existir hoje: Se ele não deveria ter sido mais reformista e menos revolucionário. Mas acho que o Governo da FRELIMO não teve muitas opções. Uma vez tomadas algumas decisões e criado o pânico na comunidade Portuguesa, o Governo era reactivo e já não era proactivo.

GDI: Perguntaria se a análise da situação no momento da mudança não aconselhava a ter um pouco mais de calma... Digamos que há um crédito um bocado forte no voluntarismo das pessoas, na ideia de que somos capazes de mudar o mundo...

MO: Normalmente quando as Independências são conseguidas através da luta armada, as pessoas que fizeram a luta armada saem vencedoras – como foi o caso, não houve praticamente uma rendição das tropas Portuguesas, mas elas estavam mais ou menos cansadas, sem vontade de lutar – a vontade dessas pessoas que ganharam a luta, naturalmente, é próprio do ser humano, é pensar que nós podemos fazer, como o Obama disse agora: “*Yes, we can*”.

Na altura existia a ideia que nós somos poderosos e podemos fazer. Quando no dia 24 de Julho² foram tomadas um conjunto de medidas, isso para a maior parte da população Moçambicana foi uma conquista revolucionária, mas para uma minoria foi uma violência muito grande e, naturalmente, o que produziu – eu não participei nessas discussões – é que não era possível ter feito a luta armada, ter conquistado a independência para manter o *status quo*.

O que é que significaria o *status quo*? Que essa minoria teria acesso a uma educação privada, que essa minoria teria acesso a uma saúde privada e continuaria a ter casas e a conviver em casas boas e a maior parte dos pretos continuavam a viver nos subúrbios e sem acesso a essas casas. Eu lembro-me pessoalmente, quando voltei de Portugal antes da Independência e quis alugar alguns apartamentos e muita gente recusou a alugar-me uma casa. Portanto, significa que havia esse *status quo*.

O que acontece normalmente com os países pobres é que nunca aprendem com a experiência dos outros. A experiência dos outros ensina-nos a tomar consciência dos erros, muito mais depressa do que se não tivesse havido a experiência dos outros.

Mas aqui há alguns aspectos importantes a salientar. Quando a liderança toma um determinado tipo de decisões, depois aparecem os agentes executores. Normalmente, ao nível de agentes executores qualquer que seja o regime, aparecem sempre pessoas, que na linguagem vulgar, a gente diz que são “mais papistas que o Papa”. Quando nós fomos ver que muitas lojas foram intervencionadas, passaram por uma gestão de Comissão Administrativa não por vontade do poder político, mas por vontade de alguns agentes. Criou-se o Gabinete da Sabotagem Económica e ao mais pequeno indício, tomava-se conta da loja. Portanto, houve milhares e milhares de lojas que passaram para o controlo do Estado, porque essas pessoas que estavam à frente do Gabinete de Sabotagem Económica tinham uma vontade de mostrar serviço e diziam que tinham cometido essa sabotagem económica.

Por isso é que eu insisto que, ao nível da Economia, nós vivíamos um período revolucionário. Havia alterações todos os dias. O que acontece inclusive, é que a gente verifica que mesmo em relação a alguns Departamentos do Estado, uns se adaptaram muito mais depressa – normalmente foram as Direcções Nacionais e Provinciais de Finanças –

² Em 24 de Julho de 1975, o Governo Moçambicano declarou a nacionalização da Saúde, da Educação e da Justiça.

porque a realidade exigia mais deles. Ainda hoje, quando a gente vai a uma Direcção Provincial de Finanças ela está muito mais organizada com os Directores Provinciais, como acontece também com a Educação e Saúde. O Director Provincial de Educação é obrigado a pôr as escolas a funcionar. Ele é forçado, porque a realidade obriga. Nas outras Direcções onde era necessário pensar, ser proactivo, nós não tínhamos quadros para isso. Ainda hoje quando a gente fala da Direcção de Planificação, nós dificilmente conseguimos quantificar a Economia.

GDI: Obviamente, a Independência em si traz uma série de impactos económicos, mas o primeiro impacto forte vem com o encerramento das sanções da Rodésia, não acha?

MO: Se nós fizermos uma cronologia, nós verificamos que logo a seguir à Independência, há o facto de milhares e milhares de Portugueses terem saído, muitas comissões administrativas foram nomeadas e mesmo antes da guerra, a África do Sul baixou o número de trabalhadores que tinha lá, baixou o tráfego para o porto de Maputo e fez uma coisa poucas vezes referida e que vale a pena referir aqui e que eu já referi anteriormente: Havia uma tradição de que os nossos mineiros, uma parte do seu salário era transferida para Moçambique, era paga aqui. A vantagem disso, é que proporcionava ao Banco Central, portanto à Economia Moçambicana, uma fonte de divisas. Tinha um valor ainda maior, porque essa parte do salário era transferida sob a forma de ouro. Portanto, quando era convertido o salário para o ouro, era convertido a 36 dólares a onça e o ouro que era recebido era depois vendido no mercado internacional. Possivelmente, antes da Independência era transferido para Portugal, porque Portugal no período colonial tinha muitas reservas de ouro e uma parte vinha aqui de Moçambique, que proporcionava um diferencial que chegou a ser de 200 milhões de dólares. A África do Sul cortou. Disse, se vocês querem continuar a receber ouro vai passar a ser, não a 36 dólares, mas vai passar a ser ao preço do mercado internacional. Portanto, essa oportunidade de fazer mais-valia desapareceu. Na altura, isso representava 200 milhões de dólares.

Portanto, nós já estávamos numa situação de crise, quando nós aplicámos sanções à Rodésia. Quando nós aplicámos sanções à Rodésia, o porto da Beira praticamente paralisou. Continuava a ter alguma carga do Malawi e alguma coisa da Zâmbia. Eu recordo perfeitamente de ter participado em algumas conversações com os Ministros da Zâmbia, em que nós fazíamos pressão para que o cobre da Zâmbia saísse pelo porto da Beira, porque ele ia até Durban. Portanto, essa confrontação que nós tínhamos com a África do Sul era assumida principalmente por Moçambique. O Malawi e a Zâmbia deviam considerar que nós já éramos demasiado radicais e levávamos a necessidade de aplicar sanções à Rodésia e, depois à África do Sul, numa forma literal, que eles nunca fizeram.

GDI: Mas essa decisão Sul-africana em relação ao preço do ouro é já, claramente, uma decisão política...

MO: É... é... a pergunta que vem a seguir é se Moçambique não podia ter evitado a guerra.

A guerra foi imposta a Moçambique! Não foi Moçambique que fez guerra à Rodésia, nem fez a guerra à África do Sul. A resposta à aplicação de sanções, a resposta do regime de *apartheid* e primeiro do regime da Rodésia foi de que nós éramos um país radical, que aplicava literalmente o seu voto internacionalista de apoiar os Povos Africanos.

Quando nós aplicámos as sanções à Rodésia, nós assumimos aqui o que o Conselho de Segurança das Nações Unidas tinha decidido e aplicámos as sanções numa forma radical, completa, fechámos as fronteiras com a Rodésia. Nessas circunstâncias, tanto o regime da Rodésia como a África do Sul consideraram-nos um país hostil. Não declararam guerra formalmente, mas consideravam-nos um regime hostil.

Portanto, a aplicação de sanções à Rodésia, não só teve impacto económico como desencadeou um processo de desestabilização da Economia Moçambicana. É o regime de Ian Smith³ que começa, um bocado localizado na

³ Ian Douglas Smith (Selukwe, 8 de Abril de 1919 – Cidade do Cabo, 20 de Novembro de 2007) foi Primeiro-ministro da colónia britânica da Rodésia do Sul entre 13 de Abril de 1964 e 11 de Novembro de 1965 e Primeiro-ministro da Rodésia, depois da Declaração Unilateral de Independência, em 11 de Novembro de 1965, até 1 de Junho de 1979.

Província de Manica, de Gaza e um bocadinho ao sul de Tete, mas que depois, quando é dirigida pela África do Sul, generaliza-se a todas as Províncias, incluindo aqui à Província de Maputo.

GDI: Imagino que o Governo não se limitou a fazer uma reunião do Conselho de Ministros e no dia seguinte fez a declaração da aplicação das sanções. A pergunta é: Houve negociação prévia ou houve alguma precipitação?

MO: Infelizmente, na vida política as coisas não se passam como a descrição que você está a fazer... Quando você toma uma decisão política, vai aferir todas as consequências e vai tentar minorar.

Eu suponho que a aplicação de sanções à Rodésia não foi sequer discutida no Conselho de Ministros. Deve ter sido uma decisão da Comissão Política, na altura, Bureau Político.

Eu recordo perfeitamente de ter viajado com o Marcelino dos Santos⁴ para apresentar a situação de Moçambique ao Conselho de Segurança e nesse processo de viagem, nós passámos por Londres e tivemos um encontro no aeroporto com o Ministro dos Negócios Estrangeiros que era o David Owen⁵. Do nosso lado quem dirigia a reunião era o Marcelino dos Santos. Foi uma reunião que não foi nada conclusiva. Os próprios Ingleses ficaram surpreendidos com a aplicação das sanções e a preocupação deles era saber o que é que nós íamos fazer mais... e o Marcelino Santos recusou-se a responder. Nós estávamos no auge da afirmação nacionalista de Moçambique, acho que não foram coordenadas com Inglaterra. Passaram a ser coordenadas mais tarde, quando o Samora Machel⁶ cria uma relação especial com a Margaret Thatcher⁷. Naquela altura não era coordenado.

Mas antes ainda disso, num encontro do Conselho de Segurança, nós fizemos alguns contactos e pedimos a alguns países amigos, em particular à Jamaica, que nos ajudassem a quantificar qual era o impacto das sanções em Moçambique. O representante da Jamaica terá dito, na altura, que iria mandar dois economistas, que nunca mandou. Então no regresso o Governo decidiu – e bem – criar um grupo de economistas, engenheiros e outros. Foi o primeiro esforço que foi feito ao nível do Governo de tentar preparar um programa de emergência.

Isso é, digamos, um bocado um precursor da planificação. Foi nessa altura que nós juntámos os quadros e, em boa verdade, deve-se dizer que ainda estavam cá muitos quadros Portugueses, que deram uma contribuição decisiva para nós elaborarmos esse programa de emergência. Porque eles já conheciam o País e havia muita informação, recolhida na agricultura com a Missão de Inquérito Agrícola.

Eles deram uma contribuição e nós trabalhávamos na Comissão Nacional do Plano, normalmente à noite, para discutir o programa de emergência, que foi feito fundamentalmente, por quadros Moçambicanos. Depois fui com o Presidente Chissano⁸ [na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros], apresentar esse programa de emergência e

⁴ **Marcelino dos Santos** (Lumbo, 20 de Maio de 1929) é um político e poeta Moçambicano. Foi membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique, onde chegou a vice-presidente. Depois da independência de Moçambique, é o primeiro ministro da Planificação e Desenvolvimento, cargo que deixou em 1977 com a constituição do primeiro parlamento do país (nessa altura designado "Assembleia Popular"), do qual foi presidente até à realização das primeiras eleições multipartidárias, em 1994.

⁵ David Anthony Llewellyn Owen, Barão Owen (2 de Julho de 1938) é um político Britânico e médico. Owen actuou como Secretário do Exterior britânico, 1977-1979. Em 1981, Owen foi um dos "Gang dos Quatro" que deixou o Partido Trabalhista para fundar o Partido Social-Democrata (SDP). Owen liderou o SDP 1983-1987, e entre 1988 a 1990. Sentou-se na Câmara dos Lordes como um *crossbencher* até Março de 2014, e agora está sentado como um "independente social-democrata".

⁶ **Samora Moisés Machel** (Chilembene, Gaza, 29 de Setembro de 1933 – Mbuzini, Montes Libombos, 19 de Outubro de 1986) Foi membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique liderou a Guerra da Independência de Moçambique como Presidente da FRELIMO e tornou-se o seu primeiro Presidente da República após a sua independência. Faleceu num desastre de avião em Mbuzini, África do Sul, cujas causas permanecem até hoje inconclusivas.

⁷ **Margaret Hilda Thatcher**, Baronesa Thatcher de Kesteven (Grantham, 13 de Outubro de 1925 – Londres, 8 de Abril de 2013) foi uma política britânica, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990.

⁸ **Joaquim Alberto Chissano** (Malehice, Chibuto, Gaza, 22 de Outubro de 1939) é um político Moçambicano, veterano da luta armada da FRELIMO, foi Primeiro-ministro do Governo de Transição e depois da proclamação da independência de Moçambique é nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi o segundo presidente de Moçambique de 1986 a 2005.

lançar um apelo... foi Chissano que dirigiu essa missão de apresentar ao Conselho de Segurança o apelo, para Moçambique fazer face aos impactos económicos.

Portanto, repare na sequência... Não havia um programa de emergência antes, não havia quantificação daquilo que iria acontecer, isso é tudo à posteriori. Eu compreendo que seja assim. Se eu fosse o decisor político, se permitisse que as pessoas comessem a equacionar o que ia acontecer, perdia-se a vontade de aplicar sanções... Aplicaram-se sanções e decidiu-se que depois iríamos ver como é que a gente vive em consequência das sanções.

GDI: Tem uma ideia específica das consequências...especificamente no caso das sanções à Rodésia?

MO: Nós calculámos quais eram as necessidades de Moçambique e devia andar à volta de 200 milhões de dólares. No primeiro ano, a resposta da comunidade Internacional foi relativamente boa, mas no segundo ano já foi menor e depois no terceiro, quarto, quinto ano, praticamente desapareceu... Tanto que eu, na altura, lembro-me de ter trabalhado com o Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas, um Canadiano e ele dizia: "Magid, nós conseguimos manter o interesse da Comunidade Internacional durante um ou dois anos, depois aparece uma outra emergência, noutra país qualquer e Moçambique passa para o segundo plano".

Isso em termos de ajuda. Mas o que é mais grave não é isso. O que é mais grave é que o funcionamento natural da economia fica prejudicado. O porto da Beira, que era o grande porto que servia a Economia Rodesiana, depois a Economia Zimbabueana, deixou de operar.

Se nós formos ver, a cidade mais martirizada com a aplicação de sanções foi a cidade da Beira, onde tinha falta de energia, tinha falta de produtos, tinha uma falta geral de actividade.

O outro efeito das sanções é, obviamente, que o regime Rodesiano reagiu e começou a fazer desestabilização interna em Moçambique. Portanto, nós passámos a ter um conjunto de acções de desestabilização.

Essa desestabilização passou a ser controlada pela África do Sul. Todos nós pensávamos que, com o Acordo de *Lancaster House*⁹, finalmente íamos ter a Paz, e à posteriori sabe-se que as pessoas que estavam na Rodésia depois saíram da Rodésia e foram absorvidas totalmente pela África do Sul. E nós quando estávamos à espera de ter Paz, a desestabilização aconteceu de uma forma brutal e apanhou-nos com as calças na mão.

Significa que foi uma falha do Serviço de Segurança de não terem prevenido que essa desestabilização não só não ia acabar, como ia ter uma expressão muito maior do que tinha tido.

GDI: Pode detalhar os impactos, nessa altura, da guerra na Economia?

MO: Nós vivíamos, de uma forma brutal, o impacto que a guerra de desestabilização tinha na Economia Moçambicana. Sobretudo quando ela passou a ser dirigida a partir da África do Sul. Há um economista - não sei se é americano ou inglês - que trabalhava para a Universidade de Saxon e que vinha regularmente a Moçambique. Ele fez uns cálculos, em que o efeito acumulado dos prejuízos na Economia Moçambicana correspondia ao PIB de um ano.

O PIB agora de Moçambique é cerca de doze biliões de dólares... Na altura era menor, mas isso significa que Moçambique, por causa do efeito da desestabilização, perdeu o PIB de um ano.

⁹ *Lancaster House* é um palácio de Londres situado no distrito de St. James's, no West End da capital britânica. Em 1979 serviu de cenário ao Acordo de *Lancaster House*, o qual consistiu no contrato de Independência da Rodésia (actual Zimbabwe) em relação ao Reino Unido.

Mas o impacto sobre a vida das populações foi enorme, foi tremendo. Morreram dezenas de milhares de pessoas. Eu recordo-me quando eu tinha uma plantação de chá, já como privado, viajava para Gurué e falava com os mais velhos lá e quando eles contavam como é que era a vida nos tempos da guerra, era absolutamente horroroso.

Eles diziam: “Quando começava a escurecer, nós saímos das nossas casas e íamos viver para o mato, escondidos, à noite e voltávamos das matas de manhã, para nossas casas, para que quando as pessoas da RENAMO viessem, quando assaltassem as nossas casas – porque eles andavam sempre à procura de bens e de comida – não os encontrassem e eles não fossem vítimas de agressão das forças de desestabilização”.

Eles viveram assim durante anos e anos. A gente pode imaginar o que significa todos os dias à noite, eu levar os poucos bens que eu tenho, ir para o mato e de manhã voltar. Dormir de baixo de um arbusto, escondido com medo. Esse era o efeito que a gente teve da guerra de desestabilização.

Mas como há bocado eu dizia, a Economia de Moçambique, o sector moderno era o mais sofisticado. Esse sector moderno quando perde a fluidez fica muito afectado.

Eu dou um exemplo: Depois de algumas explosões que houve nas carboníferas, nas minas de carvão em Moatize, o Estado decidiu criar a CARBOMOC, e com a cooperação da antiga RDA, que hoje faz parte da Alemanha foi possível recuperar a produção de carvão e atingir uns níveis de produção muito altos. Mas em 1982, eu não tenho precisa a data, foi rebentada a ponte de Doa, uma ponte ferroviária e, durante anos e anos, deixou-se de escoar o carvão para o porto da Beira. Continuou-se a vender algum carvão de queima, para o Malawi, através de uma coluna de camiões que iam, mas essas também eram sistematicamente atacadas.

No caso da EMOCHÁ - é o tal caso quando a gente cria uma empresa grande - as plantações foram abandonadas, e faz sentido que você crie uma empresa única para racionalizar todos os custos da estrutura. No período colonial chegou-se a produzir cerca de vinte mil toneladas de chá e era necessário retomar, porque o chá tinha uma importância muito grande em termos de divisas para o País. Foi criada a EMOCHÁ e foi comprada uma série de camiões, de marca Mercedes-Benz, para escoar o chá do Gurué para o porto de Nacala. Na primeira das viagens, a coluna foi atacada e dez ou doze camiões foram destruídos. Inclusive, na altura o gestor que estava à frente da EMOCHÁ, como não conseguia trabalhadores por causa dessa instabilidade, até comprou, pela primeira vez na história do chá em Moçambique, umas máquinas de colher chá. Umhas máquinas enormes, que obviamente no terreno de Moçambique não funcionaram.

GDI: Há um grande debate sobre se o que nós estávamos a assistir era ou não uma confrontação num palco privilegiado numa outra confrontação mais global, que era a Guerra Fria¹⁰... e que, a adopção de Moçambique e Angola pelo bloco socialista, agravou a contenda?

MO: Quer dizer, é óbvio que na altura, em 1975, nós estávamos no auge da Guerra Fria, digamos, uma confrontação entre o Bloco Socialista e o Bloco Ocidental liderado pelos Estados Unidos, e portanto, nitidamente, isso sentia-se e mais se calhar em Angola, mas também em Moçambique.

Agora o que é que acontece no caso particular de Moçambique? A pergunta é porque Moçambique terá optado pelo Bloco Socialista? Porque a FRELIMO era, fundamentalmente, um movimento nacionalista e Moçambique tinha uma participação muito activa no movimento dos não-alinhados, tinha um protagonismo muito grande.

¹⁰ **Guerra Fria** é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indirectos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada "fria" porque não houve uma guerra directa entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear.

Agora vejamos qual era a situação que Moçambique vivia. Moçambique vivia uma situação em que tinha decidido aplicar sanções à Rodésia e, em consequência, os Rodesianos criaram forças para desestabilizar a Economia de Moçambique.

Repare que, eu não tenho a mínima dúvida de que o objectivo, quer da Rodésia, quer, sobretudo, depois da África do Sul, é destruir a Economia de Moçambique. A natureza dos ataques, a forma como estava a ser atacada era, fundamentalmente, impedir que Moçambique se pudesse fortalecer sobre o ponto de vista económico e pudesse ser, digamos, uma fronteira, mais ou menos defendida, contra o regime de *apartheid*.

O *apartheid* estava obcecado que o regime ia permanecer durante anos e anos e via Moçambique como uma grande ameaça. Agora, essa confrontação resultou de que Moçambique tinha que ter uma capacidade para se defender. O único país que tinha capacidade de fornecer equipamento militar e a vontade de o fornecer, era a União Soviética, porque na altura os Chineses não estavam preparados para o fazer.

Quando nós falamos do apoio do Bloco Socialista, resumia-se à União Soviética principalmente e, em certa medida, da RDA e Cuba. A participação Cubana não tinha meios financeiros, mas ao receber milhares dos estudantes Moçambicanos na Ilha da Juventude e mandar médicos e professores aqui para Moçambique em condições excepcionais, era uma forma que Cuba tinha de apoiar Moçambique. Nos outros países socialistas, o apoio era praticamente negligente, não havia apoio nenhum.

Então, nessa situação em que eu estou numa situação de guerra não declarada, eu preciso de apoio militar e o único país que me está disponível para dar é a União Soviética, aí eu sou visto como estando aliado à União Soviética.

Eu recordo-me uma viagem do Presidente Samora à Itália, e durante as conversações - ele tinha uma grande empatia com o Presidente, na altura, Sandro Pertini¹¹, um velho da resistência, que compreendia perfeitamente - havia o Ministro dos Negócios Estrangeiros que perguntava "Mas porque é que você utiliza os MIGs para combater a resistência?". Ele respondeu "Eu estou disponível para mandar embora os MIGs todos se você me der os FIATS, se você me der alguns carros blindados." Nenhum país ocidental quis dar assistência militar a Moçambique.

Quando nós falamos de governantes que têm que tomar opções, às vezes não têm muitas opções, são encurralados e não tem saída. Muitas vezes, quando se discutia, se não havia hipótese de Moçambique reduzir a dependência em relação à União Soviética, sempre que havia uma discussão e havia uma disponibilidade inclusive de eventualmente fazer essa redução, perguntava-se ao interlocutor na altura, quem quer que fosse, "Mas isso assegurava que Moçambique ia ter Paz?" Não!

Portanto, estava-se a pedir que o Governo se desarmasse e a insurreição continuasse.

GDI: Logicamente o País é novo, tem que haver um exército convencional, tem que ter meios. Mas a FRELIMO estaria mais que posicionada para saber que a guerra convencional não ia resolver o problema, não acha?

MO: Isso colocado como está a ser colocado, portanto, um movimento de guerrilha transformava-se num exército convencional, para combater um outro movimento de guerrilha... O outro movimento não era de guerrilha, era uma acção de desestabilização de destruição da economia. Era necessário proteger as infra-estruturas e a única forma de o fazer era mobilizar a população e organizar a população em milícias, que era a única forma de combater acções de desestabilização. Mas, repare, quando se fazem acções pontuais, é muito difícil proteger a Economia.

De um lado estava um Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, que era constituído só por Moçambicanos... Os Soviéticos deram apoio, mas nunca tiveram qualquer tipo de interferência directa. Portanto, o enquadramento era feito por Moçambicanos. Do outro lado, quem planificava, quem organizava era o Estado-Maior

¹¹ Alessandro "Sandro" Giuseppe Antonio Pertini (25 de Setembro de 1896 a 24 de Fevereiro de 1990) foi um jornalista Italiano e político socialista, que serviu como sétimo presidente da República Italiana, de 1978 a 1985.

General das forças Sul-africanas. Portanto significa que nós estávamos a combater um inimigo muitíssimo mais poderoso, muitíssimo mais capaz e que possivelmente receberia, inclusive, assistência dos Serviços de Inteligência Ocidentais, em particular da CIA, em todo este tipo de actividade.

Nós não tivemos sequer tempo de organizar o nosso exército nacional. Portanto, uma das perguntas que certamente quer fazer, nós gastávamos no auge da guerra mais de quarenta por cento do Orçamento do Estado com as forças de defesa e segurança, não contabilizando todo o equipamento militar que vinha da União Soviética. Não estava incluído, porque isso era feito à margem do Orçamento. Mesmo assim existe a consciência de que não era suficiente. Uma das grandes debilidades das Forças Armadas foi de que a logística que era proporcionada às tropas Moçambicanas não era suficiente.

Antes nós estávamos confinados a Manica, Tete, e Gaza e nós tínhamos lá algumas brigadas. Uma das brigadas ficou famosa, era a brigada dirigida pelo actual Ministro da Defesa, o general Atanásio Mtumuke¹². Mas quando entra a África do Sul é tomada uma decisão de criar batalhões em todos os distritos. Na discussão que nós tínhamos em Moscovo, os russos diziam: “Mas como é que vocês vão enquadrar todas essas pessoas?” Nós respondíamos, como nacionalistas que éramos: “Isso não é vosso problema, nós vamos fazer. Dêem-nos apenas o equipamento militar.”

Não é possível saltar, em qualquer organização social, de um determinado nível para um nível duas, três vezes superior, sem que você tenha quadros para enquadrar. Portanto, uma empresa multinacional quando quer crescer, opta pelo crescimento orgânico, ou compra outra empresa. O crescimento orgânico como aconteceu no caso de Moçambique teria levado dez, quinze, vinte anos e a guerra não permitia isso.

GDI: Mas também é verdade, que acções que foram inspiradas na guerrilha, foram acções vitoriosas, como homens para o Uganda, para o Zimbabwe, etc. a discussão aqui está mais no custo de um tanque de guerra versus a aposta no factor humano...

MO: É óbvio que a partir de uma certa altura nós achámos que a tecnologia militar é muito mais importante do que o factor humano. Havia um ditado que era “contar com as nossas próprias forças”. Isso, a pouco e pouco, foi desaparecendo, quando nós começamos a viver numa economia normal. Como vínhamos para a cidade, este grande *slogan* que era contar com as próprias forças foi perdendo o impacto. Hoje em dia é muito mais sentido que a gente não tem isso.

Mas repare que isso até ajuda a compreender porque é que Moçambique aderiu ao FMI e porque é que passou a ter um programa com o FMI. Nós aderimos ao FMI e ao Banco Mundial em 1984 e andámos com alguma expectativa que o Banco Mundial e o FMI iriam dar uma grande ajuda, mas não conseguimos ter qualquer tipo de programa com o FMI e o Banco Mundial, porque o País não estava preparado, política e ideologicamente.

Mas quando em 1986 nós fazemos um acordo com o FMI e depois vemos alguns contornos desse acordo, nós tínhamos de compreender qual era a situação económica de Moçambique.

Há a situação do combustível que tinha um impacto muito grande. O caso da situação de penúria de divisas. Nós, todos os anos, tentávamos assegurar que alguém nos vendesse os combustíveis a crédito. Começou sendo o Iraque, o Saddam Hussein¹³ queria criar uma relação privilegiada com Moçambique. Portanto, ele disponibilizou trezentas mil toneladas, o correspondente em *crude oil*. Depois foi a Líbia. Eu participei em duas missões do Iraque e Líbia, e depois foi a Argélia, onde eu não participei. Estamos sempre a falar dessa dimensão de trezentas mil toneladas de

¹² **Salvador Atanásio Mtumuke** General actualmente na reserva, guerrilheiro e combatente da luta de libertação é originário do planalto de Mueda, Província de Cabo Delgado é o Ministro da Defesa Nacional de Moçambique. Foi previamente Inspector-geral da Defesa, no MDN. Foi também Comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada e Comandante Militar da Província de Maputo.

¹³ **Saddam Hussein Abd al-Majid al-Tikriti** (Tikrit, 28 de Abril de 1937 – Bagdad, 30 de Dezembro de 2006) foi um político e estadista iraquiano; foi o quinto presidente do Iraque de 16 de Julho de 1979 a 9 de Abril de 2003 e também acumulou o cargo de Primeiro-ministro nos períodos de 1979-1991 e 1994-2003.

crude oil. Esses países deram uma vez, depois não repetiram. Angola proporcionou um pouco de ajuda. Não tinha dimensão daquilo que a Líbia e o Iraque e a Argélia tinham feito. Lembro-me que alguns camaradas foram inclusive ao México pedir esse apoio, foram à Nigéria, de onde não veio nenhum apoio, como era de esperar. Finalmente a União Soviética continuou a segurar durante vários anos, não nas quantidades que tinham sido feitas pelo Iraque, Líbia e a Argélia, em quantidades menores, mas continuou, durante anos e anos, a apoiar o problema dos combustíveis.

O que acontece é que naquela altura, antes da entrada para o FMI, o apoio ocidental já era substancialmente maior do que o apoio que vinha do Bloco Socialista, fundamentalmente da União Soviética. Os outros países pouco, ou nenhum, apoio davam, com a excepção da RDA e de Cuba. Ainda mais porque que o apoio ocidental, muitas vezes tinha uma forma de apoiar a balança de pagamentos, portanto, significa que entravam divisas pelo Banco de Moçambique. No caso dos Estados Unidos, que também começou a ter uma expressão, a ajuda era através da ajuda alimentar.

Houve uma altura em que o programa de emergência tinha tantos recursos como um programa de desenvolvimento normal. Portanto, a situação dos refugiados dentro do país, pessoas deslocadas, era tão grande a necessidade de os apoiar, que o programa de emergência passou a ter uma expressão muito significativa no País.

Havia ainda os Países Nórdicos, que desde a primeira hora deram apoio a Moçambique... Significa que os primeiros programas de ajuda foram feitos pela Suécia, Noruega, Holanda, Dinamarca...

A partir de uma certa altura, acharam que Moçambique tinha que ter um acordo com o FMI e o Banco Mundial. Mesmo na discussão que o poder político fazia, por exemplo, com a Inglaterra, com a Margaret Thatcher, precisava-se de dar uma indicação de que nós já tínhamos optado por uma economia de mercado para permitir a concentração da discussão no problema da situação militar interna. Portanto, houve várias reuniões onde participávamos, quer com o presidente Samora, depois com o presidente Chissano... Quando nós discutíamos com os Congressistas americanos, quando se faziam algumas perguntas sobre a economia a resposta era clara, que nós já tínhamos optado por uma economia de mercado.

Essa necessidade de optar por uma Economia de Mercado foi determinada por dois factores. Primeiro, a consciência de que a Economia Planificada não funcionava. O Samora tem discursos, dizia que o Estado não pode gerir lojas que vendem agulhas, dizia-o publicamente. Era um cansaço, porque as empresas estatais não funcionavam naquele ambiente de escassez de recursos. O CAIL não funcionava, a EMOCHÁ não funcionava.

Depois havia uma outra preocupação: os nossos aliados ocidentais davam indicação que “Vocês têm que ter um programa com o FMI e o Banco Mundial.” A FRELIMO e Moçambique não se podiam dar ao luxo de perder esse apoio ocidental. Se perdesse, perdia aquilo que era a razão de existência, que era manter a soberania nacional. Sendo a FRELIMO um movimento nacionalista, era impensável que os dirigentes da FRELIMO pensassem que iam ser derrotados e que, em Moçambique, havia um Governo fantoche dirigido a partir de Pretoria. Significa que estava disponível a fazer tudo para evitar que essa situação acontecesse.

GDI: Essa mudança de paradigma correspondeu também à compreensão que certas políticas internas não estava a funcionar, não é?

MO: Eu não diria certas políticas internas. O que acontece é que as infra-estruturas que a agricultura tinha nos Distritos deixaram de existir. Portanto, eles tinham postos veterinários, tanques carracidas e foram abandonados. Significa que os quadros que haviam ao nível de distritos, voltaram para a capital da província. Significa que a guerra de desestabilização criou uma situação de penúria no campo.

Vale a pena a gente compreender a gravidade da situação. Na altura, o Governador do Banco de Moçambique fazia reuniões - isso estou a falar antes do programa do FMI - em que todos os sectores iam lá apresentar as suas

necessidades em divisas. Depois ele dizia quantas divisas tinha disponíveis e iam todas para o Ministério da Saúde. Nós estamos a falar de qualquer coisa como trinta ou quarenta mil dólares que ele estava a leiloar.

Significa que as pessoas tinham de viver com aquilo que tinham. Alguns sectores eram privilegiados, como é o sector da Exportação, tinham o direito de ficar com uma parte de divisas para manter a sua actividade a funcionar e os outros não tinham. Você pode imaginar, alguém que quisesse fazer uma actividade, quisesse utilizar um tractor, não tinha peças para funcionar. Quando tinha peças para funcionar, não tinha *diesel*. Quando tinha o *diesel*, não tinha o óleo de lubrificante, portanto é uma Economia que estava completamente disfuncional, deixou de funcionar.

Havia uma necessidade duma injeção massiva de recursos na economia para ela começar a funcionar. Quando nós fazemos o PRE foi entendido como tratar um paciente, doente que necessita de levar um *boost*...Dá-se uma injeção e ele começa a reanimar. Foi o que aconteceu com o PRE.

Nós não nos podíamos dar ao luxo de perder o apoio dos países ocidentais.

GDI: Doutor Magid, gostaria que me referenciasse um sector particular da Economia que era o das açucareiras. Imediatamente, a RENAMO começou a atacar muitas açucareiras...

MO: Nós chegámos a produzir mais de trezentas mil toneladas de açúcar, fundamentalmente baseados em Luabo, Marromeu e Mafambisse no Centro e, na zona do Sul, Xinavane e Manhiça.

Obviamente que, com a falta dos comboios, com a falta de meios, o sector do açúcar foi afectado, como aconteceu com todos os outros sectores, do chá, da copra, do algodão, de castanha de caju, todos eles ficaram afectados.

Mas, no caso particular do açúcar, o que aconteceu foi que nós fizemos uma intervenção na maior parte deles. Elas passaram a ser dirigidas como empresas públicas. Alguns quadros foram colocados para dirigir isso. Até acontecia uma situação caricata numa das açucareiras. Quando se fez alguma investigação verificou-se que gastava-se mais em divisas com aquela empresa, do que gastaríamos se estivéssemos a importar a quantidade de açúcar que eles produziam. Isso significa que a disfuncionalidade que se tinha criado na economia era tão grande, que os custos de produção estavam completamente fora do controle.

A propósito disso, normalmente, falamos dos caminhos-de-ferro, das grandes empresas que sofreram muitos danos. Recordo-me na altura do Ministro Alcântara Santos¹⁴, cada vez que lhe derrubavam uma locomotiva, na altura ele dizia: "Lá tenho que procurar mais um milhão de dólares", que era o que custava cada locomotiva. Era um problema gravíssimo. O problema da detracção era tão grande que mesmo no caso particular do carvão, havia carvão para escoar, e os caminhos-de-ferro não conseguiam trazer todo o carvão para a Beira, porque não tinham a capacidade de escoamento.

Mas quem sofreu muito mais com isso foi a população. Enquanto nós nos centros urbanos temos algumas reservas, as nossas populações rurais não têm reservas. Quando no seu dia-a-dia normal, a sua produção é afectada, eles enfrentam não um problema de empobrecimento, mas um problema de vida ou morte. Por isso é que muita gente entrou numa situação de fome e muita gente morreu.

Ainda não se tinha pensado como estruturar o comércio rural, já começavam a existir problemas porque muitas cantinas foram abandonadas. Na altura, quando nos tornámos independentes, havia, digamos, um impulso para ir contra o capitalismo. Nós inclusive dizíamos que era preciso matar o jacaré enquanto ele era pequenino. Portanto, significa que há ali uma animosidade contra o *business*, contra a empresa privada, contra o capitalista...E o que acontece é que hoje, à *posteriori*, a gente verifica que se substituir a motivação pelo lucro, que é a motivação de uma

¹⁴ Luís Maria Alcântara Santos, engenheiro, ocupou vários cargos técnicos e políticos no País, destacando-se na construção da linha férrea de Limpopo e como Ministro dos Transportes e Comunicações tendo falecido no acidente aéreo que também vitimou o primeiro Presidente Moçambicano, Samora Machel, a 19 de Outubro de 1987, em Mbuzini, na África do Sul.

empresa privada – mesmo numa empresa estatal o lucro devia ser o factor para medir a eficiência da empresa – por um motivo ideológico, ele permanece durante algum tempo, essa motivação ideológica. Mas depois desaparece.

O individuo que está ali para implementar as metas que o Governo definiu, acaba por ser um individuo privado: Não é possível mantê-lo sempre sob vigilância. Ele primeiro começa por resolver as suas necessidades individuais e depois vai pensar na necessidade do colectivo que ele é suposto servir.

No caso do cantineiro, é necessário lembrar que o cantineiro, não obstante ele fazer um ganho – às vezes um ganho que assumia a forma de usura – ele tinha outras funções. Dava crédito ao camponês, que ia lá buscar os produtos que precisava, na condição de que depois quando viesse vender, ele liquidava o crédito. Muitas vezes até distribuía sementes aos camponeses. Essa função desapareceu. Portanto, os camponeses ficaram completamente abandonados.

Quando se tentaram as aldeias comunais, que mais uma vez foram pessimamente implementadas, a ideia era que na ausência do cantineiro e na necessidade de servir a população camponesa, chegou-se à conclusão de que era impossível servir a escola, saúde, electricidade, ou dar água quando as populações estavam dispersas. Mas o que eu quero reter da problemática das aldeias comunais é que, na altura, a preocupação da FRELIMO era que o objecto da sua acção governativa era melhorar as condições de vida do camponês.

Não sei se se recorda que Samora Machel quando, num momento inspirado, ele dizia: “Eu gostava de ver os filhos dos camponeses a irem para a escola de manhã, calçados, com uma farda e depois de terem bebido um copo de leite e levarem um lanche com um bocadinho de queijo.” Era a visão que ele tinha da família camponesa Moçambicana. Agora isso podia ser um sonho, mas isso revela que no caso particular dele, ele tinha a população Moçambicana no coração dele. A grande qualidade de Samora Machel era a grande preocupação dele, o grande objectivo dele é enriquecer de um modo geral a população Moçambicana. Ser mais rica, melhor, mais educada e bem nutrida...

GDI: A FRELIMO pretende fazer uma substituição pelas cooperativas e o que acontece, é que quem vai ocupar os lugares de posição nessas instituições é uma nova elite que apoia um afastamento da tradição, e que isso provoca um movimento social em direcção da oposição...

MO: É óbvio que quando a população entra em crise e não tem os meios essenciais que quer comprar na cantina e quando aparecem alguns burocratas com o carimbo de serem representantes do Governo da FRELIMO, é evidente que eles passam a ser a expressão do descontentamento.

É muito difícil explicar ao camponês que o sofrimento que ele estava a ter era por causa do regime de *apartheid*. É muito difícil, por mais brilhante que seja o economista, explicar aos camponeses do Niassa que ele não tem açúcar, não tem petróleo de iluminação, não tem sal, porque a África do Sul está a fazer desestabilização e deliberadamente destruiu toda a rede de comercialização que Moçambique tinha.

Ao contrário – se calhar nós não sabíamos isso – os Sul-africanos sabiam que uma forma de afectar e criar o descontentamento popular é rebentar com a rede de comercialização. Foram eles que planificaram os ataques, quem pensou, trazia uma experiencia de séculos, dos Serviços de Seguranças de vários povos, de vários países, de como é que se cria uma instabilidade nos regimes.

Nós tentámos resistir e é interessante que a FRELIMO conseguiu resistir, porque era na altura um grande Partido e tinha um grande entrosamento popular, que foi perdendo com o tempo quando as dificuldades económicas foram aumentando...

GDI: A estratégia militar sobre a economia, sobre o tipo de alvos escolhidos, é uma política concertada pelo *apartheid*?

MO: Não é necessariamente concertada. A gente não pode dizer que os responsáveis da área da economia estavam muitos concertados com a área militar. Para mim, a imagem que eu retenho, o esforço de desestabilização que foi feito, vindo do lado da África do Sul, eles tiveram a vitória total, porque eles conseguiram desestabilizar completamente a economia de Moçambique. Nós, por mais que tentássemos, não conseguíamos pôr a economia a funcionar, naqueles parâmetros que foram definidos e com a falta de recursos que havia.

Eu recorro que, quando nós começámos a implementar o PRE¹⁵ em 1987, tivemos alguma preocupação de defender o poder de compra das populações urbanas, quando se definiu o Sistema Nacional de Abastecimento, em que tinham quatro ou cinco produtos que as pessoas podiam comprar a preço controlado e a pouco e pouco foi-se começando a liberalizar. Na prática, é uma aceitação de que não nos era possível gerir a economia, com aquele modelo económico que tínhamos. Era impossível.

Mas fundamentalmente, é porque Moçambique passou a ter acesso a outros recursos que não tinha. O PRE não teria funcionado, se nós não tivéssemos tido mais apoio substancial, neste caso particular dos países ocidentais, para estabilizar a economia.

Porque falamos na necessidade de estabilização da economia?

Antes de iniciar o PRE a taxa oficial do dólar era quarenta Meticais e ele se vendia no mercado paralelo por dois mil Meticais, e criava situações caricatas. Na altura o rádio Xirico era vendido por dois mil meticais, que era suposto ser cinquenta dólares. Mas na fronteira do Malawi, era vendido por um dólar. Quem tivesse um dólar trocava por dois mil meticais e comprava o rádio Xirico. Nós gastávamos, com a importação das peças – porque o rádio Xirico era essencialmente montado aqui – treze, catorze dólares de valor de importação e vendíamos por um dólar a quem tivesse um dólar para trocar por dois mil meticais.

Isso acontecia com tudo. Por exemplo, para comprar peixe... Era preciso comprar peixe às escondidas, porque no mercado oficial não havia nada. No mercado paralelo, o preço não tinha nada a ver com a taxa de câmbio do dólar. Portanto, a economia estava a entrar em colapso.

Por isso é que eu dizia que em 1984, nós aderimos ao FMI e Banco Mundial, mas não começámos com o programa de transformação do modelo de economia, porque psicologicamente ainda não havia condições. Mas em 1986, havia já uma vontade de mudança. Quando eu sou nomeado Ministro das Finanças, a ideia era que as pessoas viam em mim um agente de mudança. O mérito não é meu de ter feito as alterações, o mérito é de que a classe política estava, mais ou menos, convencida que era necessário mudar, que nós não íamos aguentar com a situação que nós vivíamos.

GDI: Gostaria de lhe perguntar sobre o impacto do Acordo de Nkomati¹⁶.

MO: Impacto de Nkomati... significa que era um acordo talvez de ilusão.

Nós pensávamos que, com o Acordo de Nkomati, os problemas iam ficar resolvidos e recorro que foram enviadas delegações para as Províncias, para explicar o acordo de Nkomati. Dizia-se que íamos ter um processo de Paz, e

¹⁵ **Programa de Reajustamento Económico - PRE** - Com a adesão ao FMI e ao Banco Mundial, Moçambique lança, em 1987, o PRE que tem por objectivos: (1) Abertura de espaço à iniciativa privada, nas áreas de agricultura de comércio e de transporte; (2) Liberalização do mercado de produtos não essenciais, como hortofrutícolas e pecuária; (3) A reestruturação das empresas estatais e a diminuição do papel do Estado na sua gestão; (4) Eliminação de barreiras internas à circulação de produtos; (5) Redução substancial dos desequilíbrios financeiros internos e reforço das contas externas e reservas; (6) Reintegração dos mercados paralelos nos oficiais, o que foi alcançado com sucesso.

¹⁶ O **Acordo de Nkomati** foi assinado em 1984 entre o Governo de Moçambique, liderado pelo Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção pôr termo à guerra civil em Moçambique. Para tal, os signatários do dito acordo concordaram em: (1) Deixar de apoiar a RENAMO (responsabilidade da África do Sul); (2) Deixar de apoiar o ANC (responsabilidade de Moçambique). Apesar disto, cada parte continuou a agir por conta própria, e os guerrilheiros da RENAMO prosseguiram com a guerra civil em Moçambique até que em 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, apoiado pela Comunidade de Santo Egídio.

calhou eu estar na altura na Beira, onde o dirigente da província era o Marcelino dos Santos e a mensagem que ele passava – e com razão – era de alerta. Que nós devíamos continuar alerta.

Agora o acordo de Nkomati tem, digamos, uma expressão política, que era a disponibilidade do Governo da FRELIMO na busca da Paz. Portanto, significa que a direcção do Partido estava consciente de que não podia continuar a suportar essa situação militar.

GDI: O acordo chama-se acordo de boa vizinhança. Portanto tinha implicações económicas. Ou não chegaram a acontecer?

MO: Não, não chegaram a acontecer. Há bocado eu disse que os níveis de catorze milhões de toneladas de carga no porto de Maputo, só foram alcançadas agora há três ou quatro anos.

O actual gestor do porto de Maputo é que anunciou que nós tínhamos alcançado o recorde do período colonial. Não há, digamos, uma evolução maior do movimento ferro-portuário, também devido às insuficiências e incapacidades que, entretanto, foram criadas. Portanto, nós perdemos muita eficiência no sector ferro-portuário. Mas não havia da parte Sul-africana qualquer disponibilidade para, de facto, mudar.

GDI: Não houve negociações para tentar regularizar a situação?

MO: Houve, houve negociações. Eu inclusive, assim num gesto de boa vontade, tentei – à margem de qualquer enquadramento político – negociar com os Sul-africanos, e inclusive, saber qual era a disponibilidade para Moçambique vir a fazer parte da zona do Rand.

Fizemos almoços, falámos, mas isso era um gesto de mostrar que nós estávamos disponíveis a ter outro tipo de relação. Da parte deles não existia qualquer disponibilidade.

GDI: O que tem a dizer sobre a SADCC¹⁷?

MO: A SADCC é um movimento interessante e ao falar da SADCC é importante clarificar um ou outro ponto. Eu referi que a partir de um determinado momento, o apoio de países ocidentais era maior do que os países socialistas. Sobretudo só os países ocidentais é que estavam disponíveis a dar ajuda alimentar e dar apoio à balança de pagamentos.

Então é interessante fazer a pergunta: Porque é que os países ocidentais estavam disponíveis a fazer essa ajuda a Moçambique? Porque Moçambique estava a sofrer, portanto, era uma vítima do regime do *apartheid* e o regime do *apartheid* é uma criação ocidental. Da mesma maneira, quando foi do Ian Smith, quando nós pedimos apoio aos países socialistas eles disseram-nos: “Não temos nada que ver com isso. Isto é um problema colonial Inglês e eles é que devem assumir responsabilidade de apoiar Moçambique”. Porque eles nunca assumiram.

Para fazer um paralelismo com a situação actual, na altura para os países ocidentais Moçambique era de facto o grande eleito, porque era quem estava na fronteira da luta com o *apartheid* e eles sentiam uma necessidade moral de dar apoio a Moçambique. Inclusive, no caso particular dos Estados Unidos, que liderou todo o processo de ajuda a Moçambique, com o Programa de Emergência.

Essa consciência existia também em relação a todos os países à volta da África do Sul. O SADCC é uma iniciativa que nasce na União Europeia e é uma preocupação de prevenir as rupturas que iriam haver, resultantes do aperto

¹⁷ SADCC (*Southern Africa Development Co-ordination Conference* ou Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), criada em 1980 por nove dos estados membros.

sobre o *apartheid*, com a experiência que Moçambique tinha tido com a aplicação de sanções à Rodésia, era necessário prevenir que não se criasse uma situação idêntica para todos os países que dependiam da África do Sul. Tivemos uma primeira reunião no Botswana, participámos eu, o [Subhaschandra] Bhatt, o Rui Lousã, das Telecomunicações, a Janet Mondlane e a orientação era de cautela, para tentar compreender o que é que isso significava, qual era o objectivo, se não havia objectivos escondidos, tal era a preocupação da nossa direcção.

Depois verificámos que era uma preocupação genuína e que, em vez de nós estarmos na defensiva, devíamos liderar o processo. Acabámos por liderar. Portanto, Moçambique liderou todo o processo, no que se refere a Transportes e Comunicações e também no processo de Energia. Um foco de atenção dessa SADCC foi no sector de Transporte e Comunicações e em Moçambique.

Significa que o Ocidente estava preocupado com o regime de *apartheid* e estava disponível a apoiar os países que dependiam de África do Sul a tornarem-se independentes. Mas como acontece sempre, a intervenção é sempre muito limitada. É certo que se aproveitou para fazer alguns projectos, mas ficar independente da África do Sul ia requerer uma intervenção económica muito maior, muito massiva, e não havia dinheiro para isso.

Uma das perguntas que eu também sei que você quer fazer é perguntar “Então mas porque é que a África do Sul, que fazia guerra de desestabilização, mandava mercadorias para o porto de Maputo?”

Nós não estávamos em guerra formal com a África do Sul! Era uma guerra silenciosa. A África do Sul tinha todo o interesse em manter a aparência de continuar a funcionar normalmente com Moçambique. A África do Sul, na altura, tinha uma grande preocupação em relação à comunidade internacional e certamente poderia dizer: “Não, nós ainda continuamos a mandar, recebemos energia deles, mandamos energia para Maputo”. Na aparência, ao nível internacional soava muitíssimo bem... “Nós temos os trabalhadores deles”...

Alguns dos camaradas até achavam que essa disponibilidade da África do Sul, de manter essa aparência, correspondia ao essencial do comportamento. Eu não tenho a mínima dúvida de que o que se passou em Moçambique, o grande culpado é a África do Sul, o regime do *apartheid*.

Infelizmente nós ainda hoje não divulgámos os danos, a senha assassina que o *apartheid* causou neste País. Ainda hoje nós sofremos as consequências do que significou a guerra de desestabilização. Se se perguntar ainda hoje, em 2017, qual é a infra-estrutura que a gente tem de extensão rural, é ridícula. Nós não conseguimos ainda hoje organizar devidamente a agricultura Moçambicana, como consequência daquilo que não recebemos do período colonial. Nós não recebemos o legado do colonialismo de extensão rural e com a destruição que o *apartheid* fez, sistematicamente, para impedir que Moçambique pudesse ter uma economia forte.

GDI: Nesse contexto como é que funcionavam as relações bilaterais com a África do Sul?

MO: É importante notar que nós não tínhamos canais diplomáticos com a África do Sul. Quem funcionava muitas vezes para trazer e levar mensagens era o Director Nacional dos Portos e Caminhos-de-ferro, portanto o Luís Alcântara Santos. Portanto, ele com a contraparte dele da África do Sul, com o Director Geral de Caminhos-de-ferro, muitas vezes faziam esse tipo de ligação. Havia, digamos, muitos esforços, muitas tentativas de encontrar uma solução.

Também havia muita fantasia na altura - vale a pena contar - uma delas era pensar que a África do Sul seria dividida - isso partia dos Europeus - em que se criaria em Cape Town uma espécie de Singapura independente, o resto é que seria, mais ou menos, independente, com gestão do ANC.

Havia todo esse tipo de fantasias e inclusive existiam fantasias em relação a nós também. Ainda no tempo de Samora, foram desenhadas muitas soluções fantasistas de pensar que seria criada uma Junta Nacional, dirigida pelo Samora

Machel em que envolveria talvez o Almeida Santos¹⁸ e não sei mais o quê... Isso significa que quando nós vivíamos a situação de guerra e, inclusive, quando nós falamos da economia, nós estávamos a viver uma situação muito complicada, muito difícil. Inclusive, foi necessário uma firmeza muito grande da direcção da FRELIMO para nós continuarmos a ter Moçambique como era, não obstante o facto de nós estarmos numa situação completamente desesperada.

Recordo-me ter participado em algumas reuniões do Conselho de Ministros, em que se discutia toda a problemática da África do Sul e do ANC e da necessidade de darmos ou não apoio ao ANC. O preço que nos era pedido, era de que se nós quiséssemos ter uma boa vizinhança, a expressão do acordo de Nkomati fosse que o nosso apoio ao ANC não seria substancial, que não teríamos bases militares do ANC em Moçambique, e por isso é que houve aquele ataque à Matola, portanto, convencidos que existia uma base do ANC. Eram situações que colocavam dilemas terríveis.

Recordo-me perfeitamente de ter participado numa reunião que era dirigida pelo Sérgio Vieira¹⁹, que na altura era o governador do Banco de Moçambique e que tinha sido organizada pelo Luís Alcântara Santos como Director dos Portos e Caminhos-de-ferro e em que estava o Director Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros Sul-africano e o Director dos Caminhos-de-Ferro Sul-africano. Na altura, a preocupação central dos Sul-africanos, a pretexto de que eles queriam ser introduzidos ao Robert Mugabe²⁰, queriam ver como é que nós iríamos conviver aqui nesta zona, com o Zimbabwe Independente.

Com o Zimbabwe independente, obviamente que o *apartheid* sentir-se-ia mais acossado, porque tinha Moçambique e o Zimbabwe independentes e era do interesse deles chegar a um entendimento. Na apresentação dessa preocupação Sul-africana foi entendido, fundamentalmente, como uma preocupação de que eles queriam, no essencial, serem introduzidos ao Robert Mugabe. A decisão foi de que eles não precisam de nós para ser introduzidos. Eles falariam com os Ingleses, e os Ingleses farão essa introdução ao Robert Mugabe.

A segunda parte da questão, que talvez não foi bem entendida, é que era necessário uma reunião a três, para tentar ver como é que seria, digamos, o *status quo*, como é que haveria de evoluir.

Muitos anos de afastamento e fora do contexto parece ser fácil dizer que nós deveríamos ter discutido com os Sul-africanos para chegarmos a um bom entendimento, mas havia sempre a preocupação de saber o que é que os Sul-africanos queriam de Moçambique.

Queriam que Moçambique se tornasse um estado fantoche, uma espécie de um bantustão. Quem tinha sido nacionalista como era o Samora Machel e os colegas dele, não passava pela cabeça dele de alguma vez poderem ser fantoches. Mesmo quando pensavam nas Juntas Nacionais, colocando o Presidente Samora como Presidente, era assim um Presidente sem poder. O que o Samora fazia era dar uma gargalhada. Isso significa que as pessoas não tinham percebido quão nacionalista era o Samora Machel.

GDI: Das poucas conversações que teve com os Sul-africanos, aceita a ideia de que haviam os falcões e as pombas? Ou seja, que haveria um grupo que hoje consideramos securocratas e o outro grupo que era mais “tranquilo”?

¹⁸ **António de Almeida Santos** (Cabeça, Seia, 15 de Fevereiro de 1926 – Oeiras e São Julião da Barra, Oeiras, 18 de Janeiro de 2016) foi um advogado e político português. Estabeleceu-se como advogado em Maputo em 1953, onde viveu durante mais de 20 anos. Foi um dos mais importantes defensores dos presos políticos em Moçambique. Regressou a Portugal após o 25 de Abril de 1974. Iniciou então uma proeminente carreira política com vários cargos ministeriais terminando como presidente da Assembleia da República e membro do Conselho de Estado, de 1985 a 2002. Foi Presidente do Partido Socialista de 1992 a 2011 e Presidente Honorário do partido de 2011 até à data da sua morte

¹⁹ **Sérgio Castelo Branco da Silva Vieira** (Tete, Moçambique, 4 de Maio de 1941) é um político moçambicano e poeta. Licenciado em Ciências Políticas, participou na Luta Armada de Libertação Nacional, dirigiu o Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. Após a independência do de Moçambique, exerceu o cargo de Governador do Banco de Moçambique e de Ministro da Segurança.

²⁰ **Robert Gabriel Mugabe** (Kutama, Harare, 21 de Fevereiro de 1924) é o actual presidente do Zimbabwe. Lidera o país desde 1980, primeiro como Primeiro-ministro e, desde 1986, como Presidente com poderes executivos.

MO: Eu não participei muito nas negociações com a África do Sul. Mas posso dizer da experiência de quem observou, de que quem determinava a relação de África do Sul com Moçambique foram sempre os falcões. Em todo o mundo há sempre pessoas que têm outro tipo de opiniões, mas objectivamente os mais moderados podem ter tido alguma influência, mas nós sentimos na carne a política Sul-africana, portanto, ela foi determinada sempre por falcões.

GDI: Como funcionavam as relações com a União Soviética ou melhor como é que Samora lidava com os Soviéticos?

MO: Quando nós falamos de Moçambique enfeudados à União Soviética, Samora nunca foi feudal da União Soviética. Samora Machel era fundamentalmente um patriota Moçambicano que fazia amizade com quem fosse necessário, incluindo com o Diabo, para fazer Moçambique prosperar.

Recordo-me uma viagem que fui com ele, ainda o Brejnev²¹ era presidente e que não estava em óptimas condições de saúde.

Nós preparávamos sempre algum guião, havia sempre o conflito entre a parte económica e a parte dita política. Os políticos queriam descrever que nós tínhamos feito, o recenseamento da população, que tínhamos trocado o Metical, e nós dizíamos: “O que é que interessa ao Brejnev conhecer o que a gente fez? Temos que ir é ao essencial da questão, pedir mais apoio económico para gente sobreviver.”

Portanto, a partir de uma determinada altura, nós ainda não tínhamos falado sobre as necessidades económicas, os soviéticos dizem: “Olha, o tempo acabou e o camarada Brejnev tem outro engajamento, vamos ter que interromper ou suspender a reunião.” Só o Samora Machel é que poderia fazer aquilo que ele fez, disse: “Senta-te. Eu não fiz uma viagem de dez mil quilómetros para dizeres que só posso estar contigo meia hora. Senta-te que eu ainda não acabei.” Ele sentou-se. Para fazer isso, é necessário de facto ter consciência que eu também sou Chefe de Estado. O meu País é pobre, mas eu tenho a minha dignidade e dessa dignidade eu não abduco, por muito poderoso que tu possas ser. Eu presenciei isso pessoalmente.

GDI: E nas relações com os Estados Unidos?

MO: Eu não estive nessa viagem, mas quando ele teve o primeiro encontro com o Reagan²² houve uma preparação muito grande, porque o Samora tinha essa característica: Onde ia estar, para encontros que tinham um significado muito grande para o País, ele preparava-se. Tentava encontrar pessoas que lhe pudessem fazer uma descrição, que tipo de pessoa é que era o interlocutor dele. E os outros também farão essa análise.

E contam – eu não estive lá – que ele quando acordou, de manhã, no aeroporto, quando chegou lá, disse: “Já sei como é que hei-de lidar com o Ronald Reagan.”

GDI: Com as anedotas...

MO: Não, não, não... Isso é um outro episódio. É quando ele está com o Ronald Reagan e diz: “*How are you Ronald?*” [Como vais Ronald?] Com um Presidente dos Estados Unidos era natural esperar que o Presidente de Moçambique fosse ali todo deferências, mas ele não faria isso. Ele não fez isso. “Eu sou pobre, sou de um Estado pobre, mas eu

²¹ **Leonid Ilitch Brejnev** (Kamenskoe, 19 de Dezembro de 1906 – Moscovo, 10 de Novembro de 1982) foi um estadista soviético que esteve à frente da liderança da União Soviética entre 1964 e 1982. Chefiou o Partido Comunista, tendo presidido o Soviete Supremo de 1977 até a sua morte.

²² **Ronald Wilson Reagan** (Tampico, 6 de Fevereiro de 1911 – Los Angeles, 5 de Junho de 2004) foi um actor e político norte-americano, o 40.º Presidente dos Estados Unidos e o 33.º Governador da Califórnia.

tenho a minha dignidade, e vamos falar como dois Chefes de Estado, e não como um subalterno”. Era essa, digamos, a grande característica do Samora Machel.

GDI: Como é que evoluiu esse processo de relações com os Estados Unidos?

MO: Quem teve um papel muito importante nessa construção de uma ponte para os Estados Unidos foi o Fernando Honwana²³. Ele ia e vinha e teve um papel decisivo sob orientações de Samora Machel.

Outra pessoa que teve um papel muito importante na aproximação de Moçambique aos Estados Unidos foi a Margaret Thatcher. Foi ela que deu a conhecer aos Americanos, que este movimento, que este Governo, este Partido é, sobretudo, um Partido Nacionalista e quando o tentam vender como um partido *hardcore* [radical] Marxista-Leninista, não corresponde à verdade. Em momentos decisivos quando eles tomam uma decisão a favor deste ou daquele baseado na ideologia Marxista-Leninista, estão fundamentalmente de acordo com os interesses nacionais. Isso ajudou muito nas conversações com os Americanos.

Nessa altura eu já era Ministro das Finanças, o que significa que nós já tínhamos iniciado o PRE e eu participo em duas viagens presidenciais. Uma quando o George Bush²⁴ já era Presidente, e outra quando o Ronald Reagan ainda era Presidente. Havia um cuidado na preparação tão grande, que a equipa Americana tentava saber da parte Moçambicana o que é que nós íamos dizer, o que é que nós íamos fazer, para permitir que o Ronald Reagan acompanhasse a apresentação que o Presidente Chissano fazia. Inclusive, eles próprios deram algumas dicas, que se houvesse, durante o processo negocial, algum momento assim de sobressalto, como sair desse momento, como ganhar a atenção do Ronald Reagan. Porque o Ronald Reagan também tinha que manifestar, em determinado momento, às facções mais de extrema-direita americana o que é que nós tínhamos que fazer. Porque era um problema, quando chegou a altura do problema interno de Moçambique, ele aproveitou um dos momentos a dizer que “No! You must talk to the RENAMO” [Não! Vocês devem falar com a RENAMO]. Aí criou um momento de sobressalto e era necessário recuperar, para dar depois fluidez às conversações, e o Presidente Chissano na altura fê-lo brilhantemente!

GDI: Doutor Magid, como explica que Moçambique consegue que a administração Norte Americana faça claramente uma distinção diferente do conflito Moçambicano, com o conflito Angolano?

MO: Eu não conheço muito os meandros dessa altura... Mas sei o suficiente para dizer que o Ronald Reagan estava condicionado por Margaret Thatcher. Ele terá afirmado: “Eu não posso fazer isso, porque senão a senhora vai-me cair em cima.”

Era o resultado da relação que Samora tinha criado com a Margaret Thatcher, que nós criámos mesmo depois do Samora, com a Margaret Thatcher. O apoio que Moçambique deu para a resolução do problema da Rodésia, o convívio que a Margaret Thatcher teve com Samora, fê-la perceber que Samora Machel não era, digamos, um *puppet* [boneco] Soviético e, portanto, seria um erro tremendo fazer de Moçambique também um palco de guerra entre a União Soviética e os Estados Unidos.

Recordo inclusive, numa reunião que a gente teve, em que um Americano dizia: “Vocês têm uma base militar Soviética em Bazaruto”. Todos nós sabíamos que os Americanos sabiam, perfeitamente, que nós não tínhamos nenhuma base militar Soviética, porque já naquela altura era possível tirar fotografias de satélite e saber se havia

²³ **Fernando Honwana** (24 de Novembro de 1951-19 de Outubro de 1986) - Assistente especial do Presidente Samora Machel falecido no desastre de Mbusini juntamente com o Presidente.

²⁴ **George Herbert Walker Bush** (Milton, 12 de Junho de 1924)[1] é um político Americano, tendo sido o 41º Presidente dos Estados Unidos (1989-93). Filiado ao Partido Republicano, já havia anteriormente sido o 43º Vice-presidente dos Estados Unidos (1981-89), foi também membro do Congresso, Embaixador e Director da CIA.

uma bola de golf em Bazaruto ou não. Portanto, eles tinham fotografia de satélite e mostravam que Bazaruto continuava a ser a pacífica, bonita ilha do arquipélago de Bazaruto e não havia nenhuma base militar lá. Estavam só a testar-nos. Testar-nos para saber se havia alguma disponibilidade da nossa parte em permitir que a União Soviética fizesse alguma base naval em Moçambique. Isso nunca foi discutido. Acho que nunca entrou na cabeça dos dirigentes da FRELIMO admitir sequer a possibilidade de haver uma base militar Soviética em Moçambique.

GDI: Como foi a caminhada até ao Fundo Monetário Internacional?

MO: Mesmo antes de começarmos a fazer negociações formais com o FMI, trabalhámos no sentido de dizer abertamente que tínhamos um programa com o FMI. Nós preparámos um programa internamente – a grande qualidade na altura do Governo, é que antecipava e fazia programas – que foi levado ao Bureau Político e foi aprovado por Samora Machel.

Quando, em Janeiro de 1987, começámos a implementar o PRE, o Samora já não está vivo, mas é importante a referência de que ele numa última reunião do Bureau Político, antes da morte dele, ele aprovou formalmente no Bureau Político o programa. Isso dá uma ideia de que existia, digamos, uma vontade de mudança.

Era necessário, de facto, encontrar uma outra forma de gerir e, ao mesmo tempo, isso tinha um impacto político no sentido de dizer que Moçambique, na prática, estava a abandonar o modelo de economia planificada, da doutrina marxista de como gerir a economia.

Mas, mesmo assim, quando nós chegamos a Washington, recordo perfeitamente que, eramos nós – eu e, na altura, o Governador do banco Eneas Comiche²⁵, o Ministro dos Negócios Estrangeiros na altura, Joaquim Chissano, teve de fazer uma viagem a Nova York, possivelmente para a Assembleia Geral das Nações Unidas e pediu-me para que eu fosse a Nova York participar num almoço, porque o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, o Giulio Andreotti²⁶ ia anunciar que ia fazer um perdão da dívida a alguns países Africanos e Moçambique estava incluído nessa lista. Eu fui.

Quando voltei para Washington, fui informado que o FMI não queria ter um programa formal com Moçambique. Concordava com as ideias todas, discuti com um dos funcionários seniores do FMI, e ele diz: “Nós não podemos levar o programa ao *board*, porque nós já fizemos isso no passado e vocês nunca cumpriram.”

Agora você pode imaginar o dilema do Ministro das Finanças que preparou todas as condições para ter um programa com o FMI e voltar para dizer que afinal a gente não tem o acordo com o FMI.

Digo mais uma vez é que o acordo com o FMI para nós tinha um significado político muito grande. Não era só económico. Significado político, exactamente por aquilo que eu disse há bocado, que era no fundo dizer: “Vocês não têm razões nenhuma para apoiar a RENAMO, porque nós não somos ortodoxos.” Era para não proporcionar mais alguma razão para criar um desequilíbrio no palco interno.

Portanto, significa que era necessário ter esse acordo. Então, na altura, decidimos: “Vamos aceitar que temos um programa, um acordo informal... Começamos a implementar o programa em Janeiro de 1987 e depois vocês vão verificar que nós, desta vez, estamos mais determinados a alterar o paradigma económico de Moçambique e depois fazemos o acordo mais tarde, em Abril ou Maio.”

²⁵ **Eneas da Conceição Comiche** (Moma Nampula, 28 de Julho de 1939) é um economista e político moçambicano, tendo sido eleito em Dezembro de 2003 Presidente do Município de Maputo, como candidato da FRELIMO. Em 1991 foi Ministro das Finanças, deixando o cargo de Governador do Banco de Moçambique.

²⁶ **Giulio Andreotti** (Roma, 14 de Janeiro de 1919 – Roma, 6 de Maio de 2013) foi um Líder do Partido Democrata-Cristão Italiano e foi Primeiro-ministro nos períodos de 1972-1973, 1976-1979 e 1989-1992. Desde 1991 era senador vitalício, por nomeação presidencial.

Essa decisão foi comunicada, obviamente, aqui aos dirigentes, mas não era conhecido do público. Significa que nós começámos sob uma percepção de que existia um acordo com o FMI.

GDI: O que estamos a fazer agora é um apelo à memória pessoal de alguns desses encontros, das dificuldades que vocês encontravam na preparação dos guiões, e às vezes até de confrontações que nós nunca chegamos a conhecer.

MO: É interessante, inclusive para a situação actual do País, recordar que nós fizemos o PRE. A preparação do PRE envolveu centenas de quadros. Nós fazíamos muitas reuniões e habitualmente no Banco de Moçambique, porque é aquele que tinha melhores condições de logística e eram reuniões de preparação.

Depois de nós termos definido o que ia ser o PRE foi necessário fazer uma divulgação junto da classe trabalhadora. Eu, pessoalmente, participei em dezenas de reuniões em fábricas, algumas onde as coisas correram bem, outras as coisas não correram muito bem, porque às vezes as pessoas parecem ser muito lógicas, mas quando explicadas aos trabalhadores, a lógica deles não é igual a nossa.

Eu recordo ter participado numa reunião em que a audiência, a plateia, era as mulheres que trabalhavam nas fábricas de caju. Tinha que haver uma tradução e em determinado momento verifiquei que a mensagem não estava a passar. Inclusive uma das mensagens era dizer que nós íamos subir as rendas da casa da zona de cimento, porque estávamos a mudar todo o paradigma, mas que em relação às casas dos subúrbios, elas não seriam tocadas. Depois perguntavam, na tradução: “Correcto?” e elas diziam: “Não!” Uma dificuldade terrível, inclusive estava a Graça Machel a dirigir a reunião, porque era uma reunião importante e a mensagem não passava. A única maneira de resolver esse problema, era prolongar a reunião e as pessoas através do cansaço, em vez de dizer que não é, já passavam a dizer que é.

Isso significa que a mensagem não passou sempre muitíssimo bem, foi muito difícil vender a mensagem. Recordo que também fiz uma reunião com um jornalista, na associação de jornalistas, a tentar explicar isso. Mas a consequência prática dessa reunião, eu vim a sentir muito mais tarde.

Nós ainda tínhamos aquela tradição de que sempre que havia um problema, reuníamos. Ainda no âmbito do PRE, nós reunimos com a classe empresarial, para explicar, e tivemos reunião também já a um nível superior. A reunião era dirigida pelo Mário Machungo²⁷, que era Primeiro-ministro, com os sindicatos e com os trabalhadores. A partir duma certa altura, verificou-se que havia uma ebulição.

A transformação que se deu em 1987 foi muito grande, porque, na prática, a gente dizia que os preços são determinados pelo mercado, já não são afixados administrativamente, em que a taxas de juros são as dos mercados, já não são afixados administrativamente e a taxa de câmbio também é livre, também não é fixada. Isso tem uma implicação muito grande. É óbvio que a preocupação dos trabalhadores é saber o que é que ia acontecer com eles. Não estavam preocupados propriamente com a política económica. Queriam saber o que é que aconteceria com o nível de vida.

Foi decidido, depois dum intervalo, que para a reunião pudesse continuar com algum tipo de controlo, que sempre que houvesse uma preocupação muito grande manifestada pelos participantes, que um dos Ministros teria que explicar. Depois duma intervenção muito emocional, calhou que a primeira pessoa que tinha de fazer a intervenção para explicar, fui eu. Toda a gente estava à espera de que eu seria vaiado e apupado. Para minha própria surpresa falei e as pessoas ouviram. Obviamente que não bateram palmas. Depois tentei saber porque é que não tinha sido apupado nem vaiado. As pessoas souberam que muitas das gentes que tinham estado na fábrica, estavam nessa

²⁷ Mário Fernandes da Graça Machungo (1 de Dezembro de 1940) é um político Moçambicano. Ele foi Ministro do Plano de 1984 a 1986, quando se tornou Primeiro-ministro do país de 17 de Julho de 1986 a 16 de Dezembro de 1994.

reunião também e disseram “Não, deixa lá ele falar, porque ele já nos explicou e ele vai explicar bem o que é que vai acontecer.”

Portanto, significa que o capital que tinha sido investido nas reuniões nas fábricas deu dividendos nessa reunião magna.

GDI: Nos finais de 80, começa-se a perceber que Gorbachev²⁸ está a tentar fazer novas políticas, digamos que há uma convergência internacional, foi tudo mais ou menos ao mesmo tempo...

MO: Eu acho que o Acordo Geral de Paz em Moçambique coincide, mais ou menos, com dois momentos históricos monumentais: A libertação do Mandela, que significou que o próprio *apartheid* sabia que estava para acabar. Quando o De Klerk²⁹ é eleito, sabia que estávamos a chegar ao fim de um regime de *apartheid*. Do nosso lado sabíamos que a União Soviética também estava nas últimas, que também já não existiria mais retaguarda. A nossa sorte foi de que nós deixámos de depender da retaguarda antes dela quebrar. Portanto, significa que nós fomos nos preparando mesmo antes da União Soviética desaparecer.

GDI: Havia a ideia de que a União Soviética também já estava a dizer que já não dava apoio, que estava até a cobrar as dívidas. Não era bem assim?

MO: Eu recordo-me que era Ministro das Finanças, devia ser '90/'91, e fiz uma viagem a Moscovo, já a União Soviética estava em desagregação. Tive um encontro com o Shevardnadze³⁰ que é de origem Georgiana e foi um encontro surrealista. Eu estava a falar com o representante da União Soviética, eu estava a dizer: “Eu não posso pagar a dívida” e ele dizia: “Não pague. Acho muito bem que você não pague. Mas você vai ter que se haver com os Russos.”

Depois fui ter com uma delegação Russa, do Ministério das Finanças e eles diziam que vão assumir todos os activos que eram da União Soviética e também alguns passivos. Portanto, queriam cobrar a dívida. Eu, na altura, disse que não, nós não estaríamos em condições de pagar a dívida.

Inclusive, já tive a ocasião de dizer que quando se faz um acordo com o FMI, assinam-se cartas e são cartas negociadas, em que se diz que nós vamos honrar todas as nossas dívidas, não só com aqueles que eram membros do FMI, como os outros também. Depois de termos assinado essa carta, eu estive no aeroporto sozinho com o Camdessus³¹, que era o Director Geral, que tinha vindo de visita – na altura vinha de visita e estava aberto a discussões, inclusive teve um encontro com o Cardeal, teve um encontro com várias pessoas para tentar compreender o processo de paz – e no aeroporto eu disse que eu não ia pagar a dívida da União Soviética. Ele disse-me: “Não pague, mas a gente nunca falou sobre isto.” Não pagámos.

²⁸ **Mikhail Sergueievitch Gorbachev** (Stavropol, 2 de Março de 1931) é um político e estadista Russo, mais conhecido por ter sido o último líder da União Soviética, entre 1985 e 1991. Durante o seu Governo, as suas tentativas de reforma, tanto no campo político, representadas pelo projecto Glasnost, como no campo económico, através da Perestroika, conduziram ao término da Guerra Fria e, ainda que não tivessem esse objectivo, deram fim ao poderio do Partido Comunista no país, levando à dissolução da União Soviética.

²⁹ **Frederik Willem de Klerk** (Joanesburgo, 18 de Março de 1936) foi presidente da África do Sul de Setembro de 1989 a Maio de 1994, tendo sido o último branco a ocupar o cargo. De Klerk foi também o líder do Partido Nacional, de Fevereiro de 1989 a Setembro de 1997.

³⁰ **Eduard Amvrósievich Shevardnadze** (Mamati, 25 de Janeiro de 1928 – Tbilisi, 7 de Julho de 2014) foi um político georgiano, nascido na antiga República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana. Exerceu as funções de Ministro de Assuntos Exteriores da União Soviética, sob a presidência de Mikhail Gorbachev, de 1985 a 1990.

³¹ **Michel Camdessus** (Baiona, França, em 1 de Maio de 1933) foi Director Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) entre 16 de Janeiro de 1987 e 14 de Fevereiro de 2000. Anteriormente, foi vice-presidente e presidente do Banco da França de Novembro de 1984 até mudar-se para Washington, DC.

Depois numa festa de integração do BCI com o Banco Fomento, nós fizemos um jantar, e o Presidente Chissano estava nesse jantar e ele deu uma boa notícia. Tínhamos chegado a um acordo com a Rússia, de que eles perdoavam noventa por cento da dívida que estava constituída.

A razão moral para eu dizer para não pagar, foi que eu achava que aquilo tinha sido fruto de um processo internacional de luta entre a União Soviética e os Estados Unidos e o coitado do Povo Moçambicano não era culpado e já tinha sofrido muito, e que não deveria ser obrigado a pagar mais essa dívida. ■

BIOGRAFIA



MAGID OSMAN

Em breve! ■